

**NO RASTRO DO PROFESSOR FRANCÊS “EL TERRIBLE ANARQUISTA”
JOSEPH JUBERT: POR ENTRE PERIÓDICOS E PROCESSOS
CRIMES DE BRAGANÇA (1890 A 1920)**

SANDRA APARECIDA DE SOUZA^{1*}

RESUMO

Esta pesquisa em andamento privilegia a trajetória do professor Joseph Jubert (provavelmente nascido no ano de 1876, em Lion na França), anarquista, na cidade paulista de Bragança, entre as duas primeiras décadas do século XX. O recorte temporal da pesquisa situa-se no momento em que temos a consolidação da república e de relações de trabalho assalariadas, matizadas por significativas manifestações e greves operárias. Seu objetivo é focalizar, problematizar e analisar de que maneira esse professor e suas iniciativas políticas foram apresentadas à população por entre os periódicos locais e em processos crimes de 1911, cuja origem foi a queixa efetuada contra ele em decorrência da distribuição de um boletim da Liga Operária, denunciando as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas de café da região. Ainda, focaliza tal trajetória na relação com os diferentes artigos e notícias que abordam a criação do primeiro grupo escolar da cidade, os professores que atuavam neste grupo e suas respectivas iniciativas à luz do projeto educacional republicano. Para atingirmos tais objetivos, priorizamos em nossos procedimentos de pesquisa a análise de fontes primárias periódicas (jornais, almanaques, anuários e revistas), em processos crimes e na legislação educacional do período, bem como fizemos a revisão bibliográfica da história de Bragança, considerando-se as questões mais amplas da história da educação brasileira, na modernidade. O referencial teórico desta pesquisa assenta-se, sobretudo, nas contribuições de E. P. Thompson, De Certeau, Ginzburg.

PALAVRAS CHAVE: Professor anarquista – Grupo Escolar – Processo crime

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa em andamento privilegia a trajetória do professor Joseph Jubert (provavelmente nascido no ano de 1876, em Lion na França²) na cidade paulista de Bragança, entre as duas primeiras décadas do século XX. Chamado pelo jornal *Diário*

¹ *PPGSS Universidade São Francisco (USF), mestranda em educação.

² Segundo um dos processos crime de 1911 em que ele é citado como réu, na página 29, localizado na caixa 167 do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, depositado no CDAPH-USF.

*Español*³ de “el terrible anarquista”, conforme encontramos nesta nota do periódico⁴: “Afortunadamente, acababa de salir de la prisión el *terrible* anarquista Joseph Jubert, en la que pasó 4 meses por cantarle unas cuantas frescas á un bachiller [...]” (DIARIO ESPAÑOL, 22/08/1913, ano XV, nº. 1438, p. 4).

O recorte temporal da pesquisa situa-se no momento em que temos a consolidação da república (1889) e de relações de trabalho assalariadas, matizadas por significativas manifestações e greves operárias, de acordo com Hall

O governo italiano, finalmente, foi levado em 1902 a proibir a emigração subsidiada para São Paulo. A proibição foi burlada de várias maneiras, mas mesmo assim, reduziu substancialmente o número de italianos importados para trabalharem nas fazendas. Por algum tempo, os fazendeiros voltaram-se para as fontes ibéricas (Portugal e Espanha) de mão de obra barata. Em 1910, porém, o governo espanhol seguiu o italiano, proibindo a emigração subsidiada de seus cidadãos (HALL, 1989: 8).

Joseph Jubert, o professor francês e anarquista, foi indiciado como responsável pela greve dos colonos nas fazendas de café da região de Bragança, em um processo crime de 1911. Pontuamos que, não localizamos até a presente data referência em qualquer periódico local sobre tal acontecimento. Sendo assim, delimitamos como questão norteadora desta pesquisa a seguinte pergunta: por que não localizamos neste período, por entre as páginas dos periódicos bragantinos ou entre as memórias locais, quaisquer referências à Liga Operária, ao professor e às manifestações e greves do período? Segundo HALL (1989), “Em 1911, cerca de 1000 colonos de meia dúzia de fazendas, na região de Bragança, ficaram paralisados por vinte e dias” (p. 10).

O objetivo desta pesquisa é focalizar, problematizar e analisar de que maneira o professor Joseph Jubert e suas iniciativas políticas foram apresentadas à população por

³ BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal A Lanterna. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=217867&pagfis=&pesq=jubert>> . Acesso em 29. Mar. 15.

⁴ Optamos por utilizar a grafia original localizada nos periódicos e nos processos.

entre os periódicos locais e em processos crimes de 1911, cuja origem foi a queixa efetuada contra ele em decorrência da distribuição de um boletim da Liga Operária, denunciando as precárias condições de vida dos colonos nas fazendas de café da região. Como pudemos observar através das seguintes palavras

Chegando a meu conhecimento, mediante representação verbal de diversos agricultores deste município, que – José Jubert, Benedicto Rizzi, Julio Gonçalves da Silva, Luciano Candido Ribeiro e José – fizeram, hontem, durante o dia, profusa distribuição, nesta cidade, do “boletim” que adiante se vê, escripto em português e italiano, [...] ⁵ e dirigido aos colonos deste município; “boletim” esse que – diz-se longe de constituir uma propaganda em prol de justos interesses do operariado, não passa de uma manobra fraudulenta, que, illudindo a bôa fé dos colonos e explorando-lhe as paixões ruins, visa inconfessavelmente, desvial-os dos estabelecimentos que estão empregados, se não o incitamento á greve, para a perturbação dos serviços agrícolas e, portanto, da vida econômica do município [...] (p. 7).

Ainda, focaliza tal trajetória na relação com os diferentes artigos e notícias que abordam a criação do primeiro grupo escolar da cidade, os professores que atuavam neste grupo e suas respectivas iniciativas à luz do projeto educacional republicano. Nessa direção, fomos ao encontro do grupo escolar Doutor Jorge Tibiriçá, primeiro grupo criado em Bragança: “[...] o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, e parece ter sido um dos símbolos na relação com os demais projetos de modernização almejados por um determinado segmento de bragantinos no final do século XIX e início do século XX” (MEDEIROS, 2013: 11).

No rastro de tais objetivos, no transcorrer da pesquisa, deparamo-nos com o franco imbricamento das ideias e iniciativas de Joseph Jubert com aquelas preconizadas e implementadas por Edgar Leuenroth, responsável pela publicação do jornal *A Laterna* que funcionou desde 1901 até possivelmente 1935, ano em que localizamos o último registro. Este periódico se auto identificava como “anti-clerical e de combate”,

⁵ Expressões ilegíveis.

publicado aos sábados, funcionava no Largo da Sé num sobrado em São Paulo. Mantinha o apoio aos operários, às greves, aos órfãos, entre outros assuntos. Defendia também a instrução racionalista e o livre pensamento como podemos notar adiante

Quando dizemos “conjura dos espanéficicos” entendemos designar um corpo de carolas advogados, uns tristes bobos de sacristia, mais apegados á cera e ao sebo dos círios que a Savigny e a Mommsen, constituído ha tempos para perseguir, com as delações, os processos, aos destemerosos batalhadores do livre-pensamento (A LANTERNA, 31/12/1910, ano X, n° 64, P. 1).

“A greve dos colonos há já bastantes dias declarada em varias fazendas de café de Ribeirão Preto, ainda continua no mesmo pé”(A LANTERNA, 1/5/1915, ano VII, n°. 190, P. 2). Ainda no jornal *A Lanterna*, encontramos várias referências à Joseph Jubert, entre elas a nota abaixo que denuncia as ameaças que ele sofreu

Sobre nós e, principalmente, sobre o nosso amigo Joseph Jubert pesam graves ameaças de violencias. Aos que costumam tudo resolver pela acção dos capangas responsabilizamos pelo que houver. Não pretendam repetir as aggressões covardes de que Bragança tem sido teatro porque desta feita o tiro lhes sairá pela culatra [...] (A LANTERNA, 21/1/1911, ano X, n°. 67, p. 1).

Para atingirmos tais objetivos, priorizamos em nossos procedimentos de pesquisa a análise de fontes primárias periódicas e documentos oficiais, dentre os quais: os jornais o *Guaripocaba*, a *Cidade de Bragança*, *A Lanterna*, *Diário Español*, os almanaques (1900, 1914), os anuários (1902, 1904), as revistas *Fon Fon* (1914, 1915), *Careta* (1914,1915,1917-1919) e a *Semana* (1914-1916), em processos crimes (1911) e na legislação educacional do período, bem como fizemos a revisão bibliográfica da história de Bragança (GUIMARÃES, 2013, BUENO, 2007, MEDEIROS, 2013, ISHIZU, 2009), considerando-se as questões mais amplas da história da educação brasileira. O referencial teórico desta pesquisa assenta-se, sobretudo, nas contribuições de E. P. Thompson (2001, 2002), De Certeau (1976), Ginzburg (1989).

Esta pesquisa justifica-se pela inexistência de pesquisas locais que privilegiem tal temática e objetivos até o presente, bem como possibilitará um olhar mais abrangente acerca dos possíveis imbricamentos da história da educação com o movimento operário brasileiro, no período.

Neste artigo, primeiramente traremos a cidade de Bragança no contexto da modernidade, no segundo momento como o professor Joseph Jubert foi apresentado à comunidade a partir dos processos crimes e, no terceiro momento as greves por entre os periódicos pesquisados e algumas considerações finais.

1. A modernidade e a cidade

Pensamos que a virada do século XIX para o século XX, apresentou transformações no modo de vida da população. Estas não ocorreram apenas no Brasil, em especial, neste mesmo período, os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos também passaram por transformações drásticas “[...] quando o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho [...]” (SEVCENKO; NOVAIS, 1998, p. 11).

Neste dado momento as expressões moderno, civilização e desenvolvimento ganhavam vigor no Brasil, tratamos de um tempo onde parte da burguesia orgulhava-se do avanço tecnológico e que se mantinha crédula acerca de que da ciência advinha o “progresso social” (SCWARCZ; SOUZA, 2000).

Neste contexto Bragança, que foi fundada em dezembro de 1763 teve sua trama urbana mais antiga e central da cidade passando por muitas modificações no final do século XIX, com o crescimento da cafeicultura e a chegada de imigrantes europeus para trabalharem nessa lavoura (BUENO, 1993). O contexto local dá conta de “Visões que perpassam práticas socioculturais plurais. Essas práticas, em grande parte dissonantes, ambivalentes e contraditórias, são geradas no rastro e no interior de tensões e de conflitos sociais” [...] (GUIMARÃES, 2013, p. 20) da modernidade.

Tal contexto inscreve-se no momento em que a burguesia cafeeira diante do processo de abolição da mão de obra escrava se viu obrigada a resolver falta de

trabalhadores em suas terras. A opção privilegiada nas fazendas de São Paulo foi a promoção da imigração europeia (CUNHA, 2005). Imigração que excedeu ao número de 50.000 escravos, chegando a uma quantidade entre 60.000 e 70.000 até maio de 1887, o número superior não tinha por intuito facilitar o trabalho, mas sim gerar um excedente de imigrantes resultando baixos salários (HALL, 1989).

Pensamos que a modernidade acolhe em suas várias facetas, no processo de avanço do capitalismo um regime de controle do trabalhador através da exploração de trabalho, neste processo de coação e resistência que segundo Cunha “[...] seres humanos que nada tenham para vender além de sua força de trabalho para que a produção capitalista se desenvolva . Foi necessário, de início, forçar os seres humanos a se empregarem naquelas condições” (CUNHA, 2005: 88). Diferentemente, do que para Thompson ocorria em sociedades que pautavam seu trabalho pelo tempo da natureza, em que “[...] o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva” (2002: 282).

Os avanços tecnológicos que marcaram este momento passaram a ser tomados como símbolos do progresso e da civilização, dentre tais avanços destacamos à luz elétrica e a velocidade. A luz elétrica foi à sensação da Exposição Universal de Paris em 1900, no entanto “[...] a mesma luz elétrica que movia os bondes e tirava as cidades da escuridão promovia acidentes; choques às vezes fatais” (SCWARCZ; SOUZA, 2000: p. 11). As ferrovias promoveram a disseminação de novos costumes, dinamizaram as trocas comerciais e possibilitaram o ir e vir de um maior contingente populacional.

No esteio de tais avanços, na primeira metade do século XIX, Bragança era o quarto município mais populoso da província ficando abaixo apenas de São Paulo, Curitiba e Taubaté, produzia e exportava café e outros alimentos num montante superior a São Paulo e outras grandes cidades da região (MARTINS; LAURITO, 1943). Com a instauração do telégrafo e da ferrovia inaugurados em 1884 nota-se a relação das pessoas com o espaço e o tempo (THOMPSON, 2002), neste período já haviam os periódicos que circulam na cidade (GUIMARÃES, 2013).

Também, neste contexto, temos em Bragança

[...] a fundação do Clube de Escravos (1881-1883) que teve como objetivo acolher uma escola noturna, a formação de sociedades carnavalescas (A União Operária, a Comercial, o Bandinho do Olegário, dentre outras), a criação da Sociedade D. Italiana de Socorros Mútuos (1891), da Sociedade Italiana Fratellanza (1898), do Clube Artístico e Recreativo dos Operários (1896), do Teatro Carlos Gomes (1898), da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos (1900), da Sociedade Democrática Recreativa Italiana (1908), do Clube dos Permanentes, do Clube dos Operários (1908), do Clube dos Lavradores (1911) foi organizado por cafeicultores em oposição às greves de colonos ocorridas na região. Bragança também contava com o Mercado Municipal (1887), o Matadouro (1898), o Hospital de Isolamento para Tuberculosos (1898), o Asilo de Mendicidade (1909) e o Sanatório para Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres (1913) (BUENO, 1993: 8-9).

A par de tais transformações, propomos que Bragança passou por uma intensa remodelação do espaço urbano que acolheu e proporcionou a reconfiguração de redes de sociabilidades locais, bem como conflito e tensões no período pesquisado, “a modernização do espaço significava endossar os valores da civilização” [...] (GUIMARÃES, 2013: 115).

Analisando os cargos ocupados por presidentes das câmaras em Bragança no período que antecede a república, nos deparamos com fazendeiros “[...] no exercício do poder na cidade, que participavam, portanto na elaboração de códigos de posturas, que regulamentavam o modo de viver na cidade, ligado estreitamente ao mundo rural e ao interesse dos grandes proprietários de terras” (ISHIZU, 2009: 36). E, observamos que essa realidade não se alterou em decorrência da república ao longo dos anos, ao contrário a presença de cafeicultores na política se torna ainda mais evidente, dentre os anos de 1890 a 1920, com exceção do período de 1902 a 1904 e 1908 a 1910, tivemos 26 anos da presidência da câmara sendo ocupadas por fazendeiros⁶ (ISHIZU, 2009).

⁶ Fonte Ishizu, ver tabelas nas páginas 55 e 145.

2. O professor francês e anarquista Josef Jubert: um professor às avessas?

Ressaltamos que nesta pesquisa, fomos ao encontro de Luca quando destaca as potencialidades dos periódicos para o trabalho dos historiadores, já que por entre suas páginas é possível identificar e rastrear naquele contexto sociocultural

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade [...], a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas... (LUCA, 2005: 120).

No esteio destas ideias, buscamos nas contribuições teóricas de Thompson, na perspectiva do método de contraste, promover o cotejo e diálogo entre os periódicos locais e um processo crime de 1911, no que tange as visões de mundo relativas à educação e as imagens mobilizadas sobre a prática, formação e atributos docentes, trazidas à baila em tais fontes documentais. Tomamos o processo crime como uma fábula, posto que esta expressão:

[...] enfatiza a ideia de que os fatos estão suspensos, de que não há mais a possibilidades de, através do processo, revivê-los, fazer a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes [...] Dá ênfase ainda ao fato de que o processo é uma conjunção de múltiplas versões, todas elas originadas pelo mesmo ato, irrecuperável, e que eu escolhi não usar nenhuma delas como verdadeira [...] é uma leitura que se quer inocente enquanto transmissão parcelada a quem não fez o mesmo caminho, mas que já está carregada do que sei e só se explicitará em seu conjunto (CORRÊA, 1983: 26-27).

Ainda, partimos do pressuposto que:

Os processos revelam de forma notória a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadriñar, conhecer, dissecar mesmo, os aspectos mais recônditos da vida cotidiana. Percebe-se, então, a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidas a todos as eferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não-conformidade, a luta ... (CHALOUB, 2001: 53).

Tais considerações estão balizando nossos procedimentos iniciais de pesquisas, voltados aos periódicos locais e ao processo crime de 1911, cujo réu é o professor francês e anarquista Josef Jubert, que na época tinha 35 anos. Ele foi um dos fundadores da Liga Operária de Bragança. Foi processado por em 1911, na Comarca de Bragança, por ter participado da distribuição de um boletim que denunciava as precárias condições de vida dos colonos, sobretudo imigrantes italianos, nas fazendas de cafeicultores locais (BUENO, 2007). Neste processo temos entranhados dois documentos: o boletim e o Estatuto da Liga Operária. Nas palavras do então promotor:

No dia 18 de dezembro, a uma hora da tarde [...] foram largamente distribuídos, nesta cidade e especialmente entre colonos e moradores dos sítios, pelo denunciado boletins escriptos em portuguez e italiano, contendo um amontoado de inverdades que procuram, illudindo aos colonos, desviá-los das fazendas desta comarca [...]. José Jubert assumido a exclusiva responsabilidade da distribuição [...] o teor de taes boletins, uma serie de inverdades e calunnias procurando suscitar de modo phantasticamente degradante e cruel a situação dos colonos neste município, chega-se a única conclusão de que constituem elles: “uma manobra fraudulenta visando o desvio dos colonos dos estabelecimentos em que se acham nos termos do art. 1º nº do dec. Fed. 1162 de 1890. [...] Não tendo o denunciado conseguido o resultado completo do fim visado com a publicação e distribuição dos alludidos boletins (houve, todavia, um começo de greve na fazenda “Boa Vista”) (1910: p. 3).

Mais adiante no processo lê-se: “[...] concorrem para firmar mais a convicção desta Promotoria e innegavelmente não se pode deixar de levar em conta, o facto de não ser o denunciado [Josef Jubert] um individuo vindo de outra comarca já com a nota de

vagabundo como se vê da certidão...” (1910, p.10). O professor foi adjetivado como vagabundo porque distribuiu o boletim denunciando as precárias condições dos trabalhadores locais. Jubert defendeu-se perante a justiça sem contar com a orientação, presença e intervenção de qualquer advogado. Ele se posicionou da seguinte maneira:

[...] e qual será o individuo que depositaria confiança a um juiz substituto que, se nega averbar-se de suspeito sendo parte interessada, filho legítimo de um dos mais abastados fazendeiros deste município e um dos queixosos que fora pedir a policia para que instaurasse este processo contra o acusado; e bem assim sendo uma das testemunhas que, depôs no processo Theophilo da Silva Leme: tio e parente do mesmo! [...] É natural que todos aquelles que procuram elevar a dignidade e o credito de nosso Paiz tão abatidos na Europa, pelas explorações indecorosas sem contar os maltratamentos e roubos aos pobres operários, fonte de todas as produções: sejam alvos de todas as perseguições e ódios da classe capitalista e os defensores das suas leis que se prestam a todas as interpretações com excepções de nunca dar a cada um o que lhe é devido, mas de conservar sempre o domínio dos argentários e seus roubos contra a classe deseherdada da sorte e da fortuna. (1910: 27)

A queixa crime impetrada contra Jubert foi julgada improcedente pelo juiz de direito Manoel José Villaça em 1911. Mas todos os envolvidos trabalhadores e queixosos – grandes fazendeiros locais – tiveram que prestar depoimentos. As palavras de Josef Jubert dão cor às agruras com as quais muitos dos imigrantes que vieram para Bragança se depararam, bem como trazem indícios de tensões e conflitos da época (GUIMARÃES, 2013). O contexto sociocultural que dá origem à queixa crime e materialidade aos autos do processo jurídico nos permitem entender que

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, [...] é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume

a forma de um ‘ sistema’’. É na verdade o próprio termo ‘ cultura’’, como invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, apud TABORDA, 2008: 152).

E ainda para Thompson (2002, p. 304) “[...] não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”. Ainda, no processo jurídico analisado a linguagem jurídica e letrada instaurou e mediatizou significados, matizados por olhares polissêmicos sobre a cidade e as manifestações populares de descontentamento com as precárias condições de vida, atravessados pela noção de tempo como dinheiro que é fundamental ao capitalismo. Sob tal perspectiva, convocar os colonos para a paralização do trabalho significava ir contra a lógica de que tempo vale dinheiro, seria perda de tempo e dinheiro – “[...] dinheiro do empregador” (THOMPSON, 2002, p. 272). Tomamos este processo como um instrumento legal que mobilizou e colocou em evidência o conflito de interesses entre os denunciante, réus, testemunhas e representantes do judiciário, o conflito de interesses entre classes sociais distintas. Conflito matizado por visões de mundo e percepções distintas do que significava ser professor e o que era a educação na perspectiva republicana e liberal do período. Visões e percepções confrontadas a partir de interesses e classes sociais distintas, contemplando aspectos tanto econômicos quanto culturais. Por fim, a par destas considerações, nos aproximamos de Taborda quando nos alerta que a:

[...] experiência – uma categoria que por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, apud TABORDA, 2008: 155).

O professor Jubert foi considerado um sujeito perigoso, na cidade vizinha de Atibaia, causou problemas e de lá foi expulso. Em Bragança, Jubert fez duras críticas às condições e relações de trabalho assalariadas nas fazendas locais. Criou vínculos e demandas comuns entre os colonos rurais e os trabalhadores assalariados urbanos mais pobres ao fundar a Liga Operária, defendeu a paralização do trabalho, questionou o poder político e econômico dos cafeicultores frente aos colonos, denunciou o atrelamento do judiciário aos interesses de grandes proprietários rurais, fortalecidos pelo parentesco consanguíneo.

O processo crime de 1911 nos apresenta Jubert como um professor às avessas. Ele tem todos os atributos que um professor não deveria ter: vagabundo, desempregado e sem domicílio fixo. Mas, ao longo desse processo o seu nome, na grande maioria das vezes, é precedido pela designação de seu ofício e formação “professor”, alias ao dispensar a figura de um defensor público ele registra através de seu texto o domínio que tem da escrita e da leitura, o que o diferencia dos colonos chamados à testemunhar no processo. Os demais membros da Liga Operária citados no processo não sabiam ler e escrever. Tal fato os desabonava e atestava a incapacidade destes sujeitos para avaliar cuidadosamente as ideias defendidas por Jubert, enquanto analfabetos eles foram tratados pelos representantes do Judiciário como sujeitos incapazes de avaliar claramente as implicações de seus atos e palavras. A elite letrada urbana tendia a reconhecer o atraso nacional enquanto fruto do analfabetismo, sobretudo da população formada por mestiços, negros e pobres. Ser professor parece distingui-lo dos demais, pois ele detém o saber necessário para, após a leitura das acusações que lhes são feitas nos autos, defender-se e contrapor-se por escrito às demais partes citadas no processo.

A leitura dos autos sugere que a proximidade com o professor Jubert não era recomendada, poderia propiciar certo desconforto e preocupação por parte das autoridades locais. A familiaridade com Jubert desabonava os que lhes eram próximos, provavelmente tão perigosos como ele. É o que nos sugere a leitura do processo crime de 1911.

3. A greve por entre meio dos periódicos bragantinos

Anuncia-se no Jornal Cidade de Bragança a greve de Santos, como descreve a nota abaixo

Nova gréve acaba de manifestar-se em Santos. Toma um caracter geral. O comércio está fechado, a autoridade policial reclama providencias do governo. As docas e o pessoal de descarga no porto suspendeu trabalhos. O governo federal fez seguir para aquella cidade o cruzador Tymbira levando um contingente do corpo de infantaria de marinha (CIDADE DE BRAGANÇA, 21/10/1897, nº 205, p. 1).

Pesquisando no mesmo mês encontramos em nota do mesmo jornal a convocação de uma reunião do Club Artístico Recreativo dos Operários [...] convido todos os srs. sócios a reunirem-se em assembleia geral extraordinária, segunda –feira 1º de novembro ás 11 horas do dia, em a sala das sessões do Club, para tratar-se de negócios urgentes a bem da sociedade [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 21/10/1897, nº. 207, p. 2).

Pretendendo saber qual era o assunto urgente, continuamos a pesquisa e encontramos outra nota do Club Artístico Recreativo dos Operários, mas tratava-se do anúncio da eleição da nova diretoria agendada para domingo, 5 de dezembro de 1897, às 11 horas do dia, alguns dias após o resultado da eleição localizamos mais uma nota com a nova diretoria⁷. No entanto outra nota publicada nos causou estranhamento, cultura intensiva? Parece-nos um momento onde as condições de trabalho dos colonos careciam de regulamentação, pois vejam adiante o que circulava na Câmara com titulo de Folheto: ‘Recebemos o folheto *Propaganda da pequena lavoura* contendo as considerações e o projecto de prêmios á cultura intensiva, apresentado á Camara Municipal da Capital pelo vereador o ilustre Dr. Veiga Filho. Agradecemos’’ (CIDADE DE BRAGANÇA, 25/11/1897, ano 3, nº. 215, p. 1).

⁷ Resultado das eleições para diretoria ver nota no jornal *Cidade de Bragança*, 12/12/1897, ano 3, nº 220, p. 1)

Em nota publicada pelo jornal *Cidade de Bragança* encontramos intitulada *Dos males*, uma notícia sobre o surgimento de uma Liga Operária e se nos atentarmos aos detalhes partimos da hipótese de que, ao mesmo tempo que lançava-se crítica, corria-se o risco de que a notícia se espalhasse ainda mais rápido entre os colonos, segue alguns trechos desta nota

*Estamos positivamente na época das Ligas... Ha-as, de feito, contra todos, ou quase todos os vícios e mazelas que enferrujam e destróem a pobre machina humana. Esta, por exemplo, combate o álcool [...]. A ultima de que tenho noticia installou-se há pouco numa cidadezinha allemã, cujo nome um tanto arrevezado, me não lembra agora,—e propõe-se nada menos que aninquirar o... a...— como direi?— o cameleão da Maledicencia. Na verdade, murmuradores conheço eu, e da peor estofa por certo, que aparentando interessar-se por terceiro, deste modo se exprimem a seu respeito: — “Fulano é bom rapaz, optimo amigo, excelente funcionario, não há duvida; mas... E a seguir a esta traiçoeira adversativa, conceitos ante os quaes seriam de todo em todo irrisórias, se pudessem subsistir, as qualidades inicialmente apregoadas [...]Falavamos da Liga contra a Maledicencia, recém fundada em...em...— Ora adeus! que me esqueceu por completo o nome da cidade teutônica, berço da nova Liga. Mas não importa; o que importa é saber que ella existe. E já o leitor terá imaginado que os que a compõe, inveterados “cortadores de casacas”, resolveram um dia, num lampejo de consciência, aguilhoados talvez do remorso, ou por qualquer outro motivo, resgatar suas culpas, não só abstendo-se do pouco rendoso “officio”, mas ainda movendo-lhe encarniçada guerra [...]. Porque enfim, oppôr á Maledicencia a espionagem e a delação, me parece que é substituir a uma grande chaga duas chagas muito maiores... — *Dos males, o menor.* Adalgiso Pereira (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/02/1908, ano 8, nº. 1273 p. 1).*

A greve ocorrida em 1911 em Bragança citada por Hall (1989) não foi localizada nos periódicos locais, no entanto essa ocorrência nos leva a pensar sobre a ligação com o movimento operário liderado por Jubert, pois nessa pesquisa tratamos exatamente do processo de 1911 contra o professor responsável pela distribuição dos boletins

denunciando as condições de vida e trabalho dos colonos. E vamos ao encontro de Michel De Certeau quando propõe que

[...] Entre muitos outros, esses traços remetem o “ estatuto de uma ciência ” a uma situação social que é o seu não-dito. É impossível, portanto, analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio; ou sonhar com uma renovação da disciplina que seria assegurada apenas pela modificação de seus conceitos, sem que haja uma transformação de situações estabelecidas. A partir daí, como indicam as pesquisas de Juergem Habermas, impõe-se uma “ repolitização ” das ciências humanas: não se conseguirá dar conta dessas ciências, ou permitir seu progresso, sem uma “ teoria crítica ” de sua situação atual no interior da sociedade (DE CERTEAU, 1976: 22).

Considerações finais

O período privilegiado desta pesquisa situa-se no momento em que temos a consolidação da república e de relações de trabalho assalariadas, matizadas por significativas manifestações e greves operárias, traz a cidade de Bragança que passava por recentes transformações, mas não entanto nas diversas fontes consultadas não localizamos menção a greve, aos conflitos e tensões.

Neste sentido este trabalho é extrema importância porque abre brechas para conhecimentos históricos e educacionais e aponta a necessidade de rever a história local.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal A Lanterna. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=217867&pagfis=&pesq=jubert>>. Acesso em 29. Mar. 15.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **Fotografias: Do olhar do fotógrafo à trama urbana.** CRM. Cadernos do Centro de Memória Regional, Bragança Paulista: CRM. Universidade São Francisco, vol. 1, nº2. P. 07-10, 1993.

CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

- CORRÊA, Marisa. **Morte em Família**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- COSTA, Angela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914 No tempo das certezas**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Unesp / Brasília, DF: Flacso, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: **História: Novos Problemas** LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 18-48
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**; Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. **Corpo e cidade: sensibilidades, memórias e histórias**. Jundiaí, SP: Paco, 2013.
- HALL, Michel. **Imigrantes**. Revista Trabalhadores, Campinas: Fundo de Assistência a Cultura, p. 5, 1989.
- ISHIZU, Andrea Luri. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista 1884-1967**. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) FAUUSP, 278 p.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.
- MARTINS, Nelson Silveira; LAURITO, Domingos. **Bragança 1763*1942**. Vol. III São Paulo.
- MEDEIROS, Daniel Amaro Cirino de. **O Grupo Dr. Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada (1890-1910)**. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.
- NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3: república da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- TABORDA, Marcus Aurélio. **O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo**. Revista Brasileira da Educação, nº. 16, p. 147-169, jan/abril 2008.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina e trabalho. In. THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 267-304.

FONTES PRIMÁRIAS

Processos Crime de 1911, do Fundo do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, CDAPH.

Periódicos

Almanaque (1900, 1914)

Anuário (1902, 1904)

Jornais

A Lanterna

Cidade de Bragança

Diario Español

O Guaripocaba

Revistas

Fon Fon (1914, 1915),

Careta (1914,1915,1917-1919)

Semana (1914-1916)